

A FALSA ORDEM DA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA TRADICIONAL

*Alexandre Zaslavsky¹
Cristiane Alves Viana²*

RESUMO

O presente trabalho constitui-se em uma pesquisa bibliográfica realizada com o objetivo de identificar e compreender as influências da concepção pedagógica tradicional nas relações sociais, analisando a origem e os aspectos que contribuíram para sua consolidação ao longo da história da educação brasileira. As formas de manipulação implícitas a essa concepção que a tornam uma técnica social conservadora. Nessa perspectiva, espera-se relacionar criticamente as ideologias da concepção pedagógica tradicional e as práticas sociais, desvelando os conceitos de ordem que permeiam tanto a escola quanto a sociedade, para conduzir á construção de conhecimentos que permitam entender a essência dessa relação e suas consequências para o desenvolvimento dos indivíduos.

Palavras chave: concepção pedagógica – tradicional – sociedade – educação.

Área: Educação

¹Doutor em Educação e Professor do Instituto Federal do Paraná – Foz do Iguaçu.

²Agente Educacional I do Estado do Paraná; licenciada em Pedagogia pela Faculdade União das Américas; acadêmica do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina/IFSC.

INTRODUÇÃO

A História da Educação brasileira pode ser dividida em quatro grandes períodos: 1º período (1549-1759) monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; 2º período (1759-1932) coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; 3º período (1932-1969) predominância da pedagogia nova e 4º período (1969-2001) confronto entre a concepção produtivista de educação e as pedagogias críticas (SAVIANI, 2008).

Embora cada período da história da educação brasileira tenha sido marcado pelo predomínio de concepções pedagógicas diferentes, constata-se que os ideais da concepção pedagógica tradicional ainda estão presentes no contexto escolar atual, perpassando seis séculos de educação sistematizada. Dessa forma, ao desenvolver este artigo que consiste em uma pesquisa bibliográfica, buscou-se compreender os fatores que conduzem à hegemonia do tradicionalismo educacional e quais suas influências nas relações sociais.

A análise crítica e reflexiva desta temática, com base na bibliografia pesquisada, visa contribuir para a construção de novos conhecimentos que permitam identificar a manipulação presente na concepção pedagógica tradicional que a torna uma técnica social conservadora. De acordo com Oliveira (2007, p. 17) a ação educativa pode assumir duas posições distintas: reproduzir a ordem social ou inovar a organização social. A educação inovadora visa transformações e progressos tanto no nível individual quanto no nível social, enquanto que a educação conservadora visa manter a organização social, influenciando o comportamento discente a enquadrar-se e aceitar essa organização.

Embora a concepção pedagógica tradicional ignore a relação entre escola e sociedade, suas práticas opressoras e autoritárias, que limitam ou até mesmo impedem o exercício da cidadania, acabam contribuindo para a perpetuação da exclusão social.

Na medida em que a escola impede a participação discente no processo ensino-aprendizagem, considerando sua expressão uma ameaça à ordem, acaba formando objetos e não sujeitos sociais. Diante desta contradição entre a ordem que a escola tradicional busca manter e a desordem que essa mesma ordem causa nas relações sociais, surgem algumas reflexões: como é possível pensar a educação desvinculada da sociedade? Será possível romper a falsa ordem, e tornar a educação escolar uma prática emancipadora ao invés de alienadora? Nessa perspectiva, essas reflexões serão abordadas ao longo deste artigo, para que possamos entender a educação escolar além das aparências.

1. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA TRADICIONAL

Para que possamos analisar e compreender a essência da concepção pedagógica tradicional é preciso partir da definição do que vem a ser concepção pedagógica e do que representa a palavra tradicional. De acordo com o verbete elaborado por Saviani (2008, p. 166-167) a expressão concepções pedagógicas corresponde à ideias pedagógicas. O pedagógico refere-se à metodologia do ato educativo, ou seja, como é realizado o ato educativo, dessa forma as ideias pedagógicas ou concepções pedagógicas podem ser definidas como as diferentes maneiras pelas quais a educação é compreendida, teorizada e praticada numa determinada época ou sociedade.

As concepções pedagógicas envolvem três níveis: o nível da filosofia que expressa a visão de homem, mundo e sociedade que orientam a educação; o nível da teoria da educação que sistematiza os conhecimentos, os métodos, os processos e os procedimentos do ato educativo e o nível da prática pedagógica que abrange a organização e realização do ato educativo.

A palavra tradicional é relativa à tradição, que se refere ao ato ou efeito de transmitir ou entregar; costumes e valores transmitidos de geração em geração; algo que se incorporou aos hábitos, ao uso; costumeiro (LAROUSSE CULTURAL, 1992, p. 1102). Nessa perspectiva, a concepção pedagógica tradicional corresponde às ideias e conceitos relativos a prática educativa transmitidos de geração em geração, que incorporam ao ambiente escolar costumes e valores específicos dessa concepção.

Teoricamente, ao longo da história da educação brasileira, a concepção pedagógica tradicional predominou do século XVI com a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil, chefiados pelo padre Manoel de Nóbrega deram início à educação formal, até o final do século XIX. Entrou em declínio com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros que defendia os ideais da Escola Nova. Contudo, constata-se que a prática educacional ainda encontra-se condicionada à concepção pedagógica tradicional, que persistiu ao tempo permanecendo arraigada na cultura escolar (GARCIA, citado por CORDEIRO, 2002, p. 54).

Basta observar o cotidiano escolar contemporâneo para verificar que permanecem marcantes as características da pedagogia tradicional, tanto na organização do espaço físico quanto nas relações interpessoais que ocorrem no interior das escolas. A formação de filas para entrada e saída de alunos, carteiras enfileiradas nas quais os alunos são acomodados um atrás do outro. O espaço frente à classe reservado para o professor e os conteúdos divididos em disciplinas distintas são os primeiros aspectos organizacionais típicos da escola tradicional que podem ser facilmente observados nas escolas atuais. Um sistema difícil de ser superado. Contudo, além desses aspectos organizacionais

explícitos é preciso analisar os valores implícitos que envolvem os níveis filosófico, teórico e prático desta concepção.

Dessa forma, constata-se que há um consenso entre os pesquisadores da área educacional quanto ao caráter autoritário e conservador da concepção pedagógica tradicional, que pode ser identificado através das seguintes características: a escola tradicional tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, adaptando-os á organização, valores e normas vigentes na sociedade; o ensino se dá por transmissão dos conhecimentos acumulados pela humanidade; as aulas são baseadas no método expositivo e centradas no professor que é considerado o único detentor do saber e a autoridade máxima em sala de aula; a preocupação da concepção tradicional é com o processo de ensino e a disciplina dos alunos; não é permitido participar ou questionar nas aulas; aos alunos cabe memorizar os conteúdos transmitidos e reproduzi-los na prova (LOPES 1991; SOUZA 1997; CROCHIK 1998; GADOTTI 2000; SILVA 2002; CORDEIRO 2002; SAVIANI 2003; GRILLO 2003; LIBÂNEO 2009).

Ao analisar estas características constata-se que o nível filosófico que norteia a concepção pedagógica tradicional considera a sociedade como uma organização harmônica, que não interfere no desenvolvimento dos indivíduos. A relação entre escola e sociedade não é problematizada. As diferenças entre as classes sociais são ignoradas, contribuindo para o aumento da exclusão, pois não levando em conta as desigualdades de condições dos indivíduos para o acesso e permanência na escola esta concepção legítima as desigualdades sociais como algo natural e imutável. Para a concepção tradicional o marginalizado, ou seja, aquele que está à margem do sistema social, é o ignorante, aquele que não possui instrução, a causa de sua marginalidade é justificada pela sua incapacidade de aprender (SAVIANI, 2003, p. 6).

Nessa perspectiva, a escola tradicional "tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais" (LIBÂNEO, 2009, p. 12), transmitindo os conhecimentos acumulados pela humanidade para perpetuar a visão de mundo e manter a estabilidade social. Dessa forma, aos indivíduos que se mostram preparados cientificamente há espaço reservado na sociedade, os que apresentam dificuldades de aprendizagem ou não se ajustam às regras da escola são considerados marginalizados.

Sobre as funções atribuídas á escola Oliveira (2007, p. 16-17) destaca algumas que se encaixam na proposta de educação da concepção pedagógica tradicional, entre elas um

canal de ascensão social que permite aos indivíduos atingirem status mais elevados, desde que para eles estejam realmente capacitados e peneiramento social em que a educação distribui e redistribui os indivíduos pelos status sociais e, enquanto "peneira", seleciona os

mais capazes para os status que exigem maior capacidade.

Para manter a função de “peneira” atribuída á educação, a concepção pedagógica tradicional conta com um protagonista na organização e realização do ato educativo, que é figura central do nível prático – o professor. Saviani (2007, p. 103-104) apresenta uma definição do nível prático da concepção tradicional:

A pedagogia tradicional pauta-se pela centralidade da instrução (formação intelectual), pensavam a escola como uma agência centrada no professor, cuja tarefa é transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade segundo uma gradação lógica, cabendo aos alunos assimilar os conteúdos transmitidos. Nesse contexto a prática era determinada pela teoria que a moldava fornecendo-lhe tanto o conteúdo como a forma de transmissão pelo professor, com a consequente assimilação pelo aluno.

Dessa forma, o nível filosófico desta concepção é colocado em prática com a colaboração do professor, que através da sua autoridade e saber incontestáveis, conduz a educação escolar como um processo de classificação e moldagem. Os alunos são submetidos ao papel de objetos que em nada podem contribuir com o processo ensino-aprendizagem, enquanto o professor é o sujeito que conduz o ato educativo conforme sua vontade.

Quanto ao nível teórico que norteia a concepção pedagógica tradicional, a organização dos conteúdos se dá através de um currículo essencialmente técnico e objetivo. Os conhecimentos transmitidos pelo professor aos alunos são aqueles acumulados pela humanidade com comprovação científica, os aspectos quantitativos e objetivos prevalecem sobre os aspectos qualitativos e subjetivos. A prioridade é transmitir todos os conteúdos prescritos pelo currículo, a maneira como o aluno aprende, suas limitações e habilidades, que são aspectos subjetivos da educação, e o quanto o conteúdo transmitido colaborou para o desenvolvimento do aluno, que refere-se ao aspecto qualitativo, são deixados de lado.

De acordo com Saviani (2003) a pedagogia tradicional é baseada na essência, contudo esse termo não é utilizado no sentido de valorizar o que institui a natureza humana, mas sim de reconhecer a ciência como a ideia central do ato educativo, assim:

O ponto de vista pedagógico tem como eixo o intelecto, o lógico, os conteúdos, o professor, o esforço, a disciplina, a direção é dada pelo professor sem dar oportunidade à iniciativa do aluno, valoriza-se a quantidade e não a qualidade, centrada na ciência (SAVIANI, 2007, p. 167-168).

Ao valorizar apenas o eixo intelectual, o lógico, a ciência,

os conteúdos, o papel do professor e a quantidade. A concepção tradicional ignora a importância de uma educação que reconheça o aluno como colaborador, que através de suas experiências de vida, dos conhecimentos que traz consigo, da sua subjetividade como ser humano, pode contribuir para um processo ensino-aprendizagem contextualizado e significativo.

Não admitindo a articulação entre os conteúdos do currículo escolar e a realidade dos alunos, o ensino tradicional torna-se um ato mecânico de depósito de conteúdos, denominado por Freire, citado por Gadotti (2000, p. 29) como concepção bancária de educação, na qual:

[...] o educador é o que sabe, os educandos os que não sabem"; "o educador é o que pensa e os educandos os pensados"; "o educador é o que diz a palavra e os educandos os que escutam docilmente"; "o educador é o que opta e prescreve sua opção e os educandos os que seguem a prescrição"; "o educador escolhe o conteúdo programático e os educandos jamais são ouvidos nessa escolha e se acomodam a ela"; "o educador identifica a autoridade funcional, que lhe compete, com a autoridade do saber, que põe antagonicamente à liberdade dos educandos"; "o educador é o sujeito do processo; os educandos meros objetos.

Nessa perspectiva, é possível identificar o caráter conservador da concepção pedagógica tradicional, que concebe a educação como um processo independente dos fatores sociais, e no qual o centro das preocupações é a manutenção da ordem.

2. A CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA TRADICIONAL COMO TÉCNICA SOCIAL CONSERVADORA

Conforme abordado anteriormente, toda concepção pedagógica expressa uma visão de homem, de mundo e de sociedade que norteia o ato educativo. A partir da análise dos níveis filosófico, teórico e prático que embasam a concepção pedagógica tradicional constatou-se o seu caráter autoritário, repressor e conservador. A sociedade é concebida como uma organização harmônica, na qual os indivíduos são incluídos ou excluídos de acordo com suas habilidades cognitivas, que não dependem das condições sociais para serem desenvolvidas. Dessa forma esta concepção ignora a relação entre escola e sociedade, assumindo de forma implícita, o papel de conservar a organização social vigente.

De acordo com Oliveira (2007, p. 53) "o sistema escolar é uma parte da organização da sociedade, e é instituído por elementos mais poderosos, refletindo o modo de pensar, sentir e agir desses elementos". Então, quando o sistema escolar não reconhece sua relação com a sociedade acaba sendo manipulado, e a educação transforma-se em uma técnica social conservadora, que influencia o

comportamento dos alunos, induzindo-os à passividade e aceitação diante da exclusão social.

Essa omissão da concepção pedagógica tradicional diante da relação entre escola e sociedade que concebe o desenvolvimento discente como algo independente das condições sociais dos indivíduos e contribui para conservar as estruturas de poder existentes na sociedade. Talvez justifique a predominância dos ideais desta concepção desde o Brasil Colônia até a Contemporaneidade.

De acordo com Freitag (1980) no período Colonial a educação era voltada à dominação de indígenas e negros escravos através da reprodução da ideologia política e religiosa dos portugueses; durante o Brasil Império a função da educação era reproduzir a ideologia e a estrutura de classes; no Brasil República acentua-se a importância da educação para reproduzir as estruturas de poder baseadas na dominação e exploração; com o Estado Novo, além de reproduzir a ideologia e a estrutura de classes, a educação também assume a função de reproduzir a força de trabalho, contribuindo para consolidar o regime capitalista.

Dessa forma, ao longo da história a educação escolar vem sendo utilizada pela classe dominante como um mecanismo de adaptação dos indivíduos ao funcionamento e organização da sociedade, diante dessa situação fica claro que:

A classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação do seu domínio, portanto, apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação), segue-se que uma teoria crítica (que não seja reprodutivista) só poderá ser formulada do ponto de vista dos interesses dos dominados (SAVIANI, 2003, p. 30).

Por isso uma concepção inovadora que desperte nos alunos a consciência de dominados e desenvolva atitudes autônomas capazes de transformar as relações sociais, colocaria em risco a estrutura de dominação que rege a sociedade brasileira. Nessa perspectiva, a concepção tradicional torna-se forte aliada da classe dominante, pois ambas lutam pela ordem, embora com modos particulares de entendê-la e mantê-la, ambas guiam-se no mesmo objetivo: conservar o poder.

No ambiente escolar a ordem é entendida como conformidade às normas, moldagem e aceitação a um sistema de regras que se mostram superiores aos alunos e que são impostas pelo autoritarismo docente. Neste contexto ordem é sinônimo de submissão discente, sendo o professor o protagonista que conduz essa relação de manipulação e moldagem através da imposição do seu poder.

Com o objetivo de conservar esse poder, a educação é concebida como um processo de transmissão de conhecimentos prontos e acabados, cabendo aos alunos apenas absorvê-los e

reproduzi-los sem refletir. Para tanto os professores tradicionais fazem uso da violência simbólica como forma de inculcar nos alunos o sentimento de inferioridade e incapacidade de participar do processo educativo. De acordo com Freitag (1980, p. 35) "essa dominação não se dá por via direta, através da aplicação explícita da violência, mas de maneira disfarçada, com o consentimento dos indivíduos que sofrem a violência da ação pedagógica." Assim, "o dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável" (L'APICCIRELLA, 2003).

Nessa perspectiva, os alunos aceitam passiva e inconscientemente a condição de dominados porque se consideram incapazes de colaborar com o processo ensino-aprendizagem e de desenvolver habilidades que os permitam entender e questionar a finalidade da educação. Ao direcionar o processo educativo com base na ordem entendida como submissão, a concepção pedagógica tradicional acaba contribuindo para desencadear uma verdadeira desordem, que inicia-se dentro da sala de aula e estende-se às relações sociais.

Desde as séries iniciais do Ensino Fundamental os alunos são submetidos a aceitar passivamente as normas impostas pelo professor, que em nome da "ordem" estabelece uma divisão de classes, que começa nas salas de aula. Dessa forma, o professor como detentor do poder, que lhe é conferido pelo saber, constitui a classe dominante e os alunos enquanto aprendizes constituem a classe dominada. Contudo, para que o professor mantenha seu poder os alunos jamais poderão superar a condição de aprendizes, por isso a participação discente é considerada uma ameaça à posição de poder e controle docente.

Na sala de aula as marcas da falsa ordem podem ser detectadas nos olhares apreensivos dos alunos, que por medo se calam e aceitam as condições impostas pelo professor. Essa situação tolhe a capacidade de expressão e de criatividade dos alunos, impede a construção de conhecimentos e resulta na formação de indivíduos incapazes de pensar por si mesmos e dependentes de outros para ditar suas vontades e ações. Essa ordem estende-se às relações sociais na medida em que condiciona os alunos a aceitar a condição de dominados, pois na sociedade contemporânea a ordem é entendida como aceitação da divisão de classes e conseqüentemente das desigualdades sociais como fatores naturais, que permitem organizar as relações entre os indivíduos.

Então se na escola tradicional a "exclusão é explicada em termos de falta de habilidades, capacidades e mau desempenho" (FREITAG, 1980, p. 26), na sociedade atual a desigualdade e exclusão são explicadas como conseqüências dessa incapacidade do indivíduo. Na escola os alunos devem submeter-se à ideologia e ao poder docente e na sociedade à ideologia e poder da classe dominante, é nesse sentido que os ideais de ordem que norteiam a

escola tradicional e a sociedade se articulam e se complementam. Nessa perspectiva, a concepção pedagógica tradicional é aquela que melhor atende aos interesses da classe dominante, pois ao privar o aluno de participar do processo ensino e aprendizagem, através do autoritarismo do professor e da repressão à manifestação discente, acaba contribuindo para a formação de indivíduos passivos e alienados. Assim a escola legitima as desigualdades sociais e torna-se uma técnica social conservadora.

3. ROMPENDO AS BARREIRAS DO TRADICIONALISMO EDUCACIONAL

Buscando o entendimento acerca das barreiras impostas pela concepção pedagógica tradicional para o exercício da cidadania, tomaremos como base alguns questionamentos que impulsionarão essa reflexão: Como superar os ideais de uma concepção que permanece enraizada no contexto escolar e atende a interesses de poder que nem mesmo a organização escolar consegue identificar? Será a concepção pedagógica tradicional tão ingênua a ponto de considerar-se autônoma e não perceber o quanto a escola e as relações sociais influenciam-se e são manipuladas?

É comum, principalmente entre os membros da classe trabalhadora, o discurso ingênuo de que é preciso estudar para “ser alguém na vida”. Contudo é preciso analisar que tipo de “alguém” que a escola vem formando ao longo da história. A educação escolar tem oferecido igualdade de oportunidades para todas as classes sociais ou tem separado os indivíduos conforme o poder aquisitivo, privilegiando poucos e excluindo muitos?

Na sociedade contemporânea, marcada pelo capitalismo, a educação tradicional contribui para a perpetuação da exclusão social e apresenta-se tão alienada quanto às relações de trabalho. Assim o trabalhador não reconhece o produto ou resultado do seu trabalho, pois o que produz muitas vezes não pode ser adquirido e usufruído por ele. E na educação alienada promovida pela concepção pedagógica tradicional, o educando não reconhece o produto do seu estudo, passando anos de sua vida nos bancos escolares sem compreender a finalidade da educação, a transmissão de conteúdos prontos e acabados impede que os alunos reconheçam o conhecimento como produto do seu estudo.

Diante da alienação que permeia, tanto a concepção pedagógica tradicional quanto as relações sociais, o controle da educação é exercido para impedir mudanças, a organização escolar é manipulada a aceitar a ordem estabelecida por grupos controladores (classe dominante), que impõe valores, normas e programas que tornam a educação essencialmente conservadora, assim “para alguns, o que se quer é educar para conservar, educar para manter a rotina, educar para impedir a mudança, não para promovê-la” (OLIVEIRA, 2007, p. 91).

Nessa perspectiva, Forquin (1993, p. 90) afirma que

o modo pelo qual se acham organizados, delimitados, classificados, separados, os saberes veiculados na escola influenciam, com efeito, a construção da identidade entre os alunos, o modo pelo qual eles se situam no mundo e se comportam com relação aos outros, e contribui para modelar a ordem social.

Constata-se então a ingenuidade da concepção pedagógica tradicional, que ao considerar-se dominante por conseguir controlar os alunos, tornando-os indivíduos submissos e passivos, não reconhece o quanto o sistema escolar é manipulado por interesses superiores, que direcionam a educação para essa finalidade. Assim, a ordem que a escola tradicional tanto preza, na verdade não é uma característica intrínseca do contexto escolar tradicional, mas é uma ordem que foi implicitamente semeada na escola, para que esta servisse como reprodutora da ideologia da classe dominante.

Dessa forma, enquanto os professores tradicionais pensam ter os alunos sob seu domínio, concebendo a educação escolar como simples transmissão de conteúdos e impedindo a construção de conhecimentos que conduzam os alunos ao pensamento crítico. Estão colaborando para que a organização escolar continue submetida ao domínio de "alguns" que querem impedir mudanças. Por isso as barreiras impostas pela concepção pedagógica tradicional, que impedem o exercício da cidadania, só poderão ser rompidas quando a escola reconhecer sua relação com a sociedade.

A partir desse reconhecimento o sistema escolar será capaz de identificar os interesses externos que a manipulam, abrindo espaço para uma educação inovadora. Os indivíduos são preparados para o exercício da cidadania através da convivência em um ambiente escolar que problematiza as relações sociais e direciona o processo ensino-aprendizagem para a construção de conhecimentos que conduzam os alunos à emancipação.

Por isso o processo ensino-aprendizagem pode ser destinado tanto para promover a democracia e emancipação quanto para alienação e manipulação dos indivíduos, assim a proposta de uma educação crítica e reflexiva pode conduzir à reconstrução desse processo, pois de acordo com Freitag (1980, p. 18)

no processo educacional o indivíduo é habilitado a atuar no contexto societário em que vive, não simplesmente reproduzindo as experiências anteriores, transmitidas por gerações adultas, mas em vista de tais experiências, sua análise e avaliação crítica, ele se torna capaz de reorganizar seu comportamento e contribuir para a reestruturação e reorganização da sociedade moderna.

Mesmo que o sistema escolar não seja autônomo para planejar e organizar o processo educativo, que existam interesses

que manipulam sua estrutura, quando a escola reconhecer que sua prática interfere nas relações sociais, será possível direcionar a educação para aguçar a reflexão e criticidade dos alunos, para que estes percebam a dominação implícita na organização social e estejam habilitados através do conhecimento a transformar a sociedade.

Nessa perspectiva, não se trata de romper ou ignorar todos os ideais que nortearam a educação escolar ao longo da história, mas de utilizá-los para a construção de uma base de experiências que permitam uma transformação consciente, que não recaia nos mesmos erros e que reconheça que as mudanças educacionais e sociais são morosas, porém necessárias.

Trata-se de promover uma educação vinculada com a sociedade, que problematize as práticas sociais e direcione os conhecimentos para a formação de sujeitos e não objetos sociais. Uma educação em que a ordem seja sinônimo de responsabilidade e consciência dos indivíduos sobre o papel que desempenham na sociedade e não uma educação que oculta as relações de manipulação e conduz à alienação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver este artigo buscou-se enfatizar o quanto a educação escolar e as relações sociais influenciam-se e são manipuladas.

Nessa perspectiva, a concepção pedagógica tradicional, ao ignorar a relação entre escola e sociedade, não se dá conta que suas práticas repressivas e autoritárias, baseadas no conceito de ordem como submissão, são fatores que contribuem para consolidar a exclusão social como algo natural e imutável.

Com essa visão de neutralidade diante das desigualdades sociais, a educação escolar tradicional torna-se uma prática alienada, em que a escola não reconhece que sua organização é imposta por interesses superiores. Os professores direcionam o processo ensino-aprendizagem de forma descontextualizada e acrítica, e o educando a relacionar-se com o conhecimento como algo alheio, exterior à sua realidade de vida. Diante dessa alienação a educação perde sua finalidade de promover o pleno desenvolvimento do indivíduo e passa a ser um processo de adestramento, no qual o importante não é o aprendizado e sim a obediência, o silêncio em sala de aula.

Nessa perspectiva, a falsa ordem da concepção pedagógica tradicional consiste na sua preocupação em manter os alunos fisicamente disciplinados, obedientes e submissos. As consequências sociais dessa prática não são vistas como responsabilidade da escola e sim dos alunos que se mostram incapazes de conquistar uma posição social privilegiada. Assim, a exclusão e as desigualdades sociais existem por que os indivíduos não sabem ou não conseguem aproveitar as oportunidades, e não por falta de condições de

aprendizado significativas e de incentivo da escola.

Então o que pode existir de ordem em uma concepção que condiciona os alunos a alienação e aceitação da condição de dominados, justificada pelo que afirmam ser sua própria incapacidade cognitiva? E como se desenvolveria essa capacidade, se a exclusão é semeada na escola e desabrocha nas relações sociais? Que ordem é essa que se pauta na submissão e impede os indivíduos de exercer a cidadania? Somente um olhar crítico e reflexivo sobre a educação e suas influências nas relações sociais será capaz de identificar a manipulação que envolve o ato educativo e direcionar a prática pedagógica para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade.

REFERÊNCIAS:

CORDEIRO, J. F. P. **Falas do novo, figuras da tradição**: o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80). São Paulo: UNESP, 2002.

CROCHIK, J. L. **Computador no ensino e a limitação da consciência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

CUNHA, B. B. B. et al. **Psicologia na escola: um pouco de história e algumas histórias**. São Paulo: Arte e Ciência, 1997.

DICIONÁRIO da Língua Portuguesa Larousse Cultural. São Paulo: Moderna, 1992. p. 1102

ENRICONE, D.; GRILLO, M. (Orgs.). **Avaliação**: uma discussão em aberto. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FORQUIN, J. C. (tradução de Guacira Lopes Louro). **Escola e cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GADOTTI, M. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

L'APICCIRELLA, N. O Papel da Educação na Legitimação da Violência Simbólica. **Revista Eletrônica de Ciências**, n. 20, jul, 2003.

Disponível em: www.cdcc.usp.br. Acesso em: 18 out. 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LOPES, A. O. Aula expositiva: superando o tradicional. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Técnicas de ensino**: Por que não? Campinas – SP: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, P. S. **Introdução á Sociologia da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas – SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

